

LEGISLAÇÃO

Marco regulatório da mídia quer barrar parlamentares

Proposta elaborada pelo Executivo pode endurecer regras para evitar que políticos obtenham rádios e TVs

Jane Rocha
BRASÍLIA

Entre os vários aspectos da discussão em torno da regulação da mídia no Brasil, o debate em torno da propriedade dos meios de comunicações por parlamentares volta à tona. O governo sinalizou que pretende incorporar ao anteprojeto sobre o marco regulatório da imprensa, que está em fase de elaboração pelo Executivo, a proibição expressa para que políti-

cos com mandato eletivo sejam proprietários de rádio e TV. A legislação atual não permite, mas é frequentemente burlada. Por isso, especialistas acreditam que os parlamentares não devem cortar na própria carne e dificilmente uma proposta como esta será aprovada.

Segundo a Constituição, deputados e senadores são proibidos de manter concessões de comunicação, ser controladores ou exercerem cargo de di-



PAULO BORNHAUSEN – Líder do DEM afirma que basta cumprir a lei

retores de empresa do setor, como rádios e TVs.

Criar mecanismos para coibir que cidadãos sejam proprietários de fachada seria uma das maneiras de evitar o monopólio do comando dos meios de comunicação, ban-

deira largamente defendida por movimentos populares.

Mas, antes mesmo de chegar ao Congresso, a matéria já divide os parlamentares. Para o líder do DEM, deputado Paulo Bornhausen (SC), o impedimento é explícito, o que tor-

“
É um absurdo que o controle da mídia esteja nas mãos de parlamentares e de famílias com interesses pessoais

deputado Fernando Ferro (PT-PE)
líder do PT na Câmara

naria desnecessário o esforço dos parlamentares para aprovar o projeto.

– Basta cumprir as regras existentes – resume.

Líder do PT na Câmara, o deputado Fernando Ferro (PE) acredita que a legislação atual não é suficiente para impedir efetivamente que parlamentares controlem os meios de comunicação pelo país. E defende mudanças na lei.

– É um absurdo que o controle da mídia esteja nas mãos de parlamentares e de famílias com interesses pessoais. Temos que criar mecanismos que possam apontar na pluralidade e na diversificação da mídia – destacou.

Continua na página seguinte.

Cientista político não crê no fim da prática do “é dando que se recebe”

Para o cientista político da UnB, Denilson Bandeira, toda regulação esbarra na criatividade do sistema político para driblar os mecanismos de controle. Ele não tem esperanças de ver aprovada nenhuma proposta que vá impedir que parlamentares tenham a propriedade de meios de comunicação.

– Um país imenso, recheado de municípios como o Brasil, atrai a atenção de parlamentares que buscam concessões de empresas de comunicação apenas para servir como ligação entre o político e os eleitores, transmitindo mensagens de qualidade ruim e interesse particular – declarou.

Bandeira lembrou ainda que nas décadas de 80 e 90 houve a chamada “farra das concessões”, quando o então presidente da República José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações à época, liberaram mais de mil concessões de rádio e TV.

– É uma arma que serve não só para o período eleitoral,

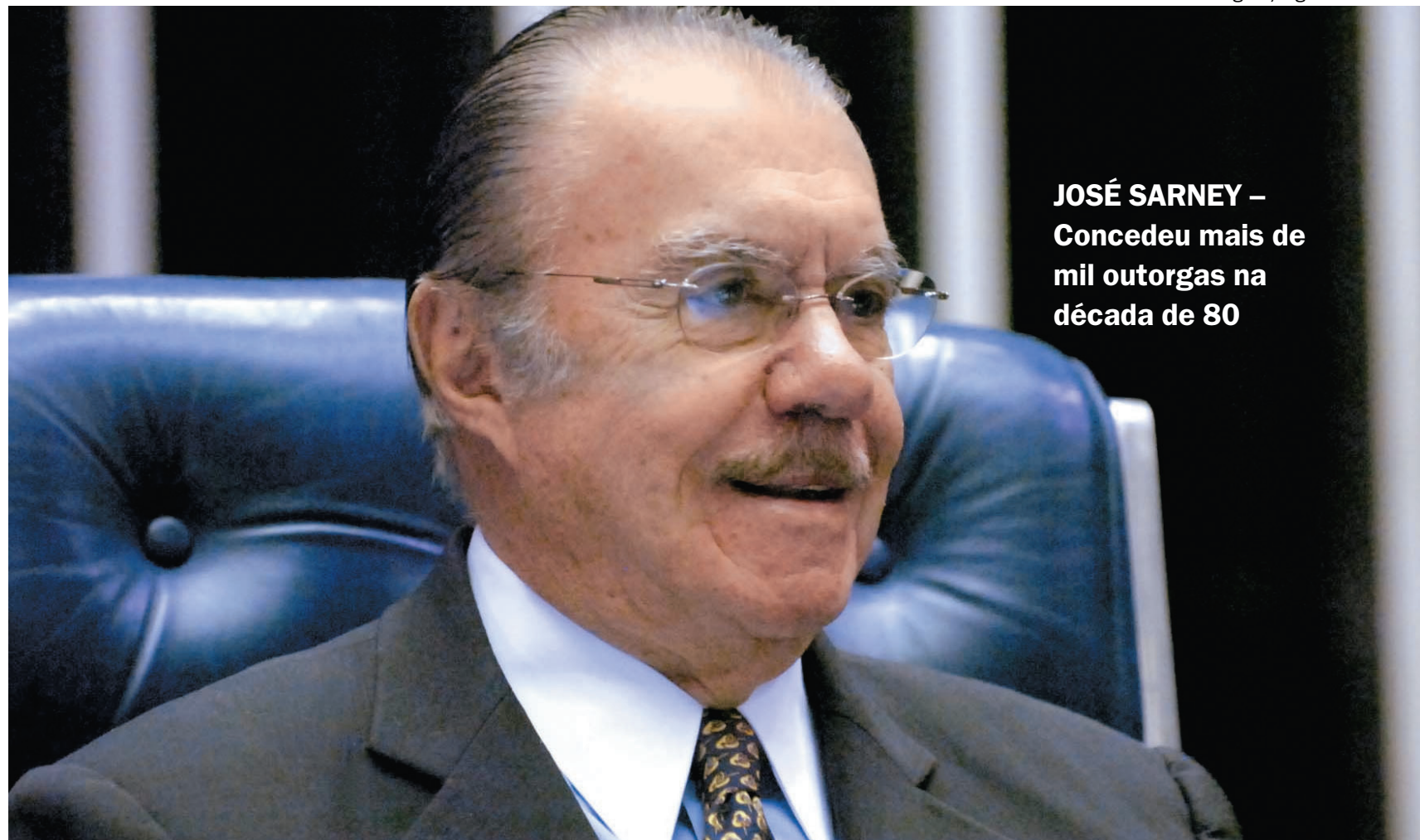
mas também para massificar ações do político na região que o elegeu – completou.

Paulo Kramer, cientista político da UnB, acredita que dificultar o acesso de parlamentares às concessões seria uma “medida modernizadora” e permitiria a veiculação de “opiniões mais livres”, principalmente nas regiões mais distantes do país. No entanto, não se mostra muito crédulo quanto a aprovação de uma proposta nesse sentido.

– Quando os donos das empresas de rádio e TV são parlamentares há menos chance da informação cumprir o seu papel público de ajudar as pessoas a formarem suas opiniões. – afirmou.

Na semana passada, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, criticou duramente a propriedade de meios de comunicação por parlamentares.

– Todos nós sabemos que deputados e senadores não podem ter televisão – disse durante o Seminário Internacional Comunicações Eletrônicas e Convergências de Mídias. – A discussão foi sendo evitada e agora é oportunidade para que se discuta tudo isso.



**JOSÉ SARNEY –
Concedeu mais de
mil outorgas na
década de 80**

MEMÓRIA JB | RÁDIOS E TVS POR MAIS UM ANO DE MANDATO

Entre 1985 e 1988, o então presidente da República José Sarney e seu ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, liberaram mais de mil concessões para emissoras de rádio e TV. Dessas, 168 foram distribuídas a parlamentares.

O episódio, que ficou conhecido como “farra das concessões”, rendeu o

apoio do Congresso para aprovação da emenda que aumentou para cinco anos o mandato de presidente da República, beneficiando diretamente Sarney. A Constituição de 1988 prevê a proibição de concessão para parlamentares. Mas, levantamento realizado pelo Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB (Lapcom) no ano passado,

37,5% dos membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI) são proprietários de rádios e TVs ou tem familiares controlando os meios de comunicação. No Senado, o percentual de parlamentares que integram comissão temática semelhante sobe para 47% dos titulares.